

OLHOS NA COLÔMBIA, CORAÇÃO NA AMÉRICA LATINA OJOS EN COLOMBIA, CORAZÓN EN AMÉRICA LATIA

Gabriela Ramos Sarmet dos Santos¹
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Resumo:

O presente artigo visa analisar o processo de paz da Colômbia de modo a identificar o que tal processo significa para a Colômbia e para toda a região do Caribe e América Latina. A importância não se limita apenas no fortalecimento na paz e da democracia no continente, mas representa também uma nova fase de diálogo com as tradicionais estruturas coloniais do país, o que pode servir de espelho para os demais países da região que igualmente passam por processos internos conturbados. Nesse sentido, esse estudo visa explicar como que a estabilidade no país com o maior conflito armado desse subcontinente pode auxiliar no processo de fortalecimento das relações para com os demais vizinhos

Palavras chave: Paz; Colômbia; América Latina; Democracia; Dependência;

Resumen:

El presente artículo tiene por objeto de estudio el proceso de paz en Colombia y tiene el fin de analizar su significado para la estabilidad de la región de América Latina. La importancia no se limita sólo al fortalecimiento en la paz y democracia en el continente, sino que representa también una nueva fase de diálogo con las tradicionales estructuras coloniales del país, lo que puede servir de espejo para los demás países de la región que también pasan por complejos procesos internos. En ese sentido, el estudio visa explicar como que la estabilidad del país con el mayor conflicto armado de ese subcontinente podrá ayudar en el proceso de fortalecimiento de relaciones con los demás vecinos.

Palabras llave: Paz; Colombia; América Latina; Democracia; Dependencia;

¹ Gabriela Ramos Sarmet dos Santos é graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (gabriela.sarmet@gmail.com).

1) Estruturas de Dependência

Em meio ao contexto em que vivem os países da América Latina, o atual acordo de paz da Colômbia aparece como um sopro de esperança para que pelo menos um dos países da região avance nos diálogos internos, de modo a superar os desafios que cercam esse país já há mais de 50 anos. Contudo, antes de analisar o processo de paz para o fim do conflito colombiano entre o governo e as FARC, é de suma importância delinear os quadros estruturais nos quais os países latino-americanos estão igualmente submetidos.

Desde finda a época colonial em seus moldes tradicionais de exploração européia, a construção nacional se colocou como bandeira principal para a maioria das sociedades latino-americanas, Colômbia incluída. De um modo geral, todos os países iniciaram esse processo com uma ideologia atrelada à modernidade capitalista, ainda que tenham acabado de sair das amarras que aparentavam ser as mais severas do imperialismo ocidental: o período colonial. Contudo, com o tempo, o conceito de modernidade como fenômeno universal, um estágio social que todas as sociedades devem atingir e almejar para atingir o pleno desenvolvimento começa a ser questionado e colocado em prova. No entanto, vale retomar qual foi a linha teórica que colocou a modernidade nesse patamar hierarquizado, que foi a Teoria do Desenvolvimento.

A principal característica dessa literatura foi a de entender o desenvolvimento como a adoção de normas e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, marcada pela busca constante pela produtividade máxima e criação de investimentos que levem à acumulação permanente de riqueza. A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir estratégias de intervenção para a mesma, sempre remetendo aos modelos europeus e, posteriormente, estadunidenses, como tal modelo de sociedade ideal a se alcançar. A característica principal dessa corrente teórica desenvolvimentista é, portanto, a visão do subdesenvolvimento como uma ausência do desenvolvimento. Desse modo, o “atraso” dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização. Entretanto, é nos anos 60, ao não conseguir reproduzir as boas

experiências prometidas, que o capitalismo começa a demonstrar sua pior faceta e, então, essas teorias começam a perder sua relevância, abrindo espaço para novos questionamentos acerca da profunda dependência econômica e política estrutural que os países, anteriormente colonizados, se encontravam (e se encontram) naquele momento.

Assim, surge na América Latina o que ficou conhecido como Teoria da Dependência que visava tentar explicar as características do desenvolvimento dependente dos países dessa região. Para explicar isso, os teóricos dessa linha de pensamento analisaram como se deu o novo desenvolvimento industrial do pós-guerra desses países, apontando que as indústrias que surgiram nos anos 30 e 40 acabaram se articulando com um movimento de expansão do capital internacional, cujo núcleo principal eram as empresas multinacionais que aqui se instalaram nas décadas de 40 a 60 (SANTOS, Theotônio. 2000, p. 9). Dessa forma, começava-se a compreender que a noção de subdesenvolvimento e desenvolvimento era uma construção resultante do histórico desenvolvimento do capitalismo no cenário internacional, que criava essa dicotomia como seu produto.

A escola da dependência possui uma grande variedade de perspectivas teóricas, o que reflete a densidade de reflexões existentes, superando, assim, a simples aplicação de metodologias importadas dos países centrais e permitindo, portanto, a abertura de um campo teórico com metodologia própria, com uma identidade temática realmente periférica. Seus principais autores, como Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, Oswaldo Sunkel, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros; se encontram, muitas vezes, em diferentes frentes de atuação, dispersos em meio a novas e constantes preocupações sociais que vem surgindo a cada momento e em diferentes partes do continente.

Considerando a vertente marxista dependentista, compreende-se que o caráter capitalista da América Latina vem oriundo desde seu berço, como produto da expansão comercial européia do séc XVI. Ademais, como aponta André Gunder Frank (1991) nega-se o caráter nacional das burguesias latino-americanas ao considerar que essas abdicavam de suas aspirações nacionais e democráticas para se aliar aos interesses do capital imperialista e tirar benefícios dos mesmos. Além disso, entende-se também que o empresariado internacional carecia de uma postura inovadora ou de qualquer tipo de conhecimento sobre a realidade do país,

possuindo pouco ou nenhum conhecimento técnico e econômico para operar nas áreas em que atuavam. Nesse sentido, o governo de Juscelino Kubitschek foi um exemplo de como o Brasil abriu suas portas para o capital internacional ao permitir um alto grau de integração do mesmo em seu parque industrial. Contudo, quando a burguesia brasileira entendeu que o caminho para aprofundar a industrialização exigiria uma reforma agrária e outras mudanças que implicariam no preço de aceitar uma ampla modificação política e ideológica no país que, conseqüentemente, ameaçariam o seu poder, começa a se acionar a engrenagem que acaba culminando no golpe de 1964, que vem como uma ferramenta para desvirtuar o país de seguir qualquer rumo mais progressista, encaminhando-o para uma linha de desenvolvimento cada vez mais dependente, novamente apoiado no capital internacional.

Já no processo de redemocratização brasileiro, houve uma retomada dos setores hegemônicos da classe dominante ao poder, com a vitória de Fernando Collor, o que se consolidou com a vitória de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Esse último fora um dos que demonstraram, ainda em 1960, a debilidade da burguesia nacional e a sua inclinação a se tornar o braço direito do capital internacional em território brasileiro; além disso, FHC aceitou a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e acreditava na possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa, clamando pelo “desenvolvimento associado”. Nesse sentido, a política de Cardoso foi atuar de modo a desconstruir o modelo construído por Getúlio Vargas nos anos 30 e 40 de corporativismo e de uma burguesia nacional conservadora o que, segundo ele, limitava a capacidade de negociação internacional, e reconstruindo novos laços com o capital internacional e uma política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados no país.

Assim como o Brasil, a América Latina como um todo passa a caminhar, na década de 90, em direção a uma submissão estratégica crescente, com um caráter “entreguista” e “comprador” excessivamente forte, com a forte chegada do fenômeno do Neoliberalismo na região. A crise da dívida externa na década de 80 e a crise sócio-econômica gerada para permitir o pagamento dessa dívida – o que ocasionou uma política de fortes “ajustes” – confirmam tal caráter dependente dessas economias. Nesse quadro, pode-se dizer que a maior barreira para se

modificar completamente o modelo econômico que estava sendo seguido é a contínua reafirmação na crença de compatibilidade entre o desenvolvimento dependente e os regimes políticos liberais democráticos, o que prenderam os países latino americanos nessa situação de subalternidade. Isso não quer dizer que não houve momentos de rebelião, com o aparecimento de movimentos guerrilheiros, como é o exemplo do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) que surgiu em 1994, no Sul do México. Contudo, de um modo geral, esse modelo liberal de completa dependência definiu um continente marcado por fortes contrastes sociais, uma crescente exclusão social, com aumento progressivo da concentração econômica - principalmente sobre o tema da terra.

Pode-se dizer também que a Revolução Científica dos anos 60 também contribuiu para agravar essa situação de dependência ao definir uma geografia internacional completamente marcada por uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT) funcional e desigual. (Wallerstein, 1974). Nesse cenário, o capital começa a atuar mais ativamente de forma global e isso foge das jurisdições estatais. Portanto, o Estado passa a funcionar como um auxiliador da atuação das empresas transnacionais, assim como o pensamento braudeliano de posições privilegiadas e Contra-mercados, garantindo lucros estratosféricos para uma minoria, gerando maior assimetria no sistema. (BRAUDEL, 1987). Isso possibilita uma expansão econômica ainda maior, mas com a distribuição distorcida do excedente. Por isso, o economista brasileiro Theotônio dos Santos destaca que o Estado passa a se tornar prisioneiro do capital internacional, afogado por uma dívida pública exponencial, sem deixar espaço para investimento estatal, muito menos para políticas sociais. “Não há mais dinheiro para ninguém - a fome do capital financeiro é insaciável.” (SANTOS, 2000), o que não poderia ser mais claro.

Por fim, pode-se concluir que a dependência sob a qual vivem os países latinoamericanos é, assim, uma forma de impedir a nossa expressão e nosso desenvolvimento como povo, não sendo apenas forças externas atuando internamente. Estabelece-se, nesse sentido, uma estrutura engessada que impede o avanço dos países periféricos – estrutura essa sustentada pelas elites locais e transnacionais – que controlam as grandes instituições, sejam bancos, grandes empresas ou o funcionamento público dos Estados nacionais - em cima

da exploração, saque e miséria desses países, condicionando-os à estagnação em prol da acumulação de capital dos países centrais.

1.1) Contexto de surgimento dos Movimentos de Insurgência colombiana (FARC-EP e ELN)

Como a maioria dos países de periferia, a sociedade colombiana estava imersa em uma Divisão Internacional do Trabalho que, de acordo com o sociólogo Immanuel Wallerstein, conferia ao cenário internacional a situação já mencionada de desigualdade com base em sua posição geográfica – periferias em situação de subalternidade frente às economias centro, conferindo-lhes funções de fornecedora de matérias primas e de mercado de bens de consumo pessoal para os países metropolitanos. Com o tempo, surgiram as bases para um desenvolvimento industrial (ainda que incipiente), sobretudo devido às condições favoráveis como mão de obra barata, abandono do mercado por parte de Inglaterra e Alemanha, agora envolvidas com a Primeira Guerra Mundial. Já nos anos 20 há uma expansão considerável da economia cafeeira, aumento dos empréstimos externos e outras condicionalidades que permitiram alimentar a crescente indústria manufatureira com uma expressiva capacidade de importação de bens de capital.

Esse quadro desenhou o cenário político colombiano para a chamada Revolução Liberal, de 1930 a 1946, com o importante episódio da Revolução em Marcha liderada pelo presidente Alfonso López Pumarejo (1934-38 e 1942-45), iniciando uma fase de reestruturação e reorganização do funcionamento do Estado colombiano, com a adoção de uma série de medidas. De início, uma política agrária começou a ser elaborada de modo a transformar os antigos moldes de fazenda tradicional para explorações de corte moderno, o que oficializou a já profunda polarização dos grupos políticos colombianos, entre conservadores e liberais. As organizações camponesas, por sua vez, foram capitalizadas pelo Partido Liberal para apoiar a Lei nº200 de 1936, que pretendia atacar o latifúndio improdutivo e favorecer a introdução de relações capitalistas no campo, mediante o mecanismo de extinção do domínio. Junto à isso, exigiu-se também uma legislação para apaziguar os conflitos por terra e proteger a

economia camponesa existente. Contudo, veio a Lei nº 100 de 1944 para proteger o modo de exploração camponesa tradicional, mais conhecido como *aparcería* (semelhante à prática de arrendamento, no Brasil).

Sob esse cenário começa a se acirrar os conflitos bipartidários, que se agravaram a partir de 1946, e a violência do campo cresce a níveis alarmantes a tal ponto que esse período da história colombiana acabou ficando conhecido como “La Violencia”, com extensão até 1957, foi o terceiro maior conflito civil nas Américas - atrás apenas da Guerra de Secessão dos EUA e da Revolução Mexicana - estimando-se cerca de 2 milhões de camponeses deslocados e 200 mil assassinados, com expropriação violenta de suas terras². Nesse período houve um abafamento de toda uma severa repressão às lutas reivindicatórias camponesas em meio ao contexto de violência bipartidarista no campo. Um símbolo muito forte na época foi o assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán, em abril de 1948, provocando a revolta popular conhecida como *El Bogotazo*. O fim dessa violência liberal-conservadora veio com um ponto final dado pela ditadura militar de Gustavo Rojas Pinilla (1953-57) que se instalara, realizando operações militares contra as guerrilhas liberais camponesas, causando muitas mortes e deposições de armas. A retomada à normalidade democrática ocorreu com um pacto entre os partidos tradicionais e os setores econômico-sociais que eles representavam, iniciando um regime que duraria 16 anos (1958-74) e que ficou conhecido como Frente Nacional. Foi em meio a esse contexto que um braço da já antiga guerrilha liberal dos anos 1940 e 50 começa a se converter em um movimento armado de explícita conotação política de esquerda, que deu origem às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), ligadas ao Partido Comunista, além de aparecem ainda movimentos de inspiração castrista, como o Exército de Libertação Nacional (ELN).

Os movimentos de insurgência colombiana possuem uma característica em comum: sua longa duração. A violência política surgiu como o principal fator motivador da ação revolucionária que, somada às lutas pela defesa dos territórios, caracterizaram a construção dos movimentos de autodefesa campesina como respostas militares às ações do Estado. De um modo geral, todos os movimentos

² FUNAG, A Crise na Colômbia: Impactos e Implicações para o Brasil, 2009, p.26

manifestavam uma disposição política, tanto ideologicamente quanto em sua ação militar: o objetivo era modificar radicalmente os moldes o Estado colombiano atual e seu regime político vigente. De modo sucinto, se pode dizer que a origem do ELN está ligada mais diretamente à Revolução Cubana e sua influência nas juventudes e classes médias colombianas, associada a lutas de cunho nacionalista, como dos trabalhadores do petróleo, lutas de resistência armada e também com as expectativas dos setores progressistas na construção de uma nova esquerda – como religiosos católicos ligados à Teologia da Libertação -, frente a possibilidade de se usar as ações armadas combinadas com a insatisfação popular. Paralelamente, as FARC-EP, como já mencionadas anteriormente, surgem em meio a lutas de reivindicação campesina; tensões essas promovidas e encorajadas desde os mais altos níveis de poder político e eclesiástico o que mostra, dentre outras coisas, o grau em que o autoritarismo havia se constituído como um dos elementos psíquicos essenciais do cotidiano da população rural, que no momento representava cerca de 70% de todos os colombianos³.

No final dos anos 50 ocorre a guerra de Villarrica nas zonas de autodefesa campesinas de Sumapaz e no oriente de Tolima, a qual deu origem às denominadas colunas de marcha que conduziram a uma série de remoções massivas de camponeses no centro em direção ao sul do país, sendo essas as bases dos novos processos de colonização nas regiões de Ariari e no Pato, que se constituíram como o fator que transformou as FARC em um grupo guerrilheiro, com o nome inicial de Bloque Sur, em referência a essa ofensiva militar de remoções. Em 14 de maio de 1964 se inicia a Operação Marquetalia, um grande conflito por ar e terra de 16.000 soldados e a assessoria de militares estadunidenses do Plano LASO (Latin American Security Operation), um capítulo da Guerra Fria para a região contra as guerrilhas comunistas. “El 20 de julio de ese año se realiza la asamblea general de los pobladores de Marquetalia, ya dentro de la selva que teníamos por única casa, y se define que a partir de esa

³ GUILLÉN, Fernando. El poder político en Colombia, Bogotá: Planeta, 1996.

fecha nos convertiríamos en guerrilleros revolucionarios. ”, disse Jaime Guaracas, um dos fundadores das FARC⁴.

1.2) Atuação da insurgência, demais movimentos e tentativas de paz

O processo de crescimento desses movimentos, de maneira geral, se manteve de maneira relativamente constante, até que houve um surto a partir da década de 80, ressaltando que somente na administração do ex-presidente Belisario Betancur (1982-86), que impulsionou a primeira tentativa de um processo de paz no país, as FARC cresceram num assombroso ritmo, de cerca de 180%. No início da década de 80, quando as FARC possuíam 1840 homens e 15 frentes de guerra, essa alcançou o número de 17000 integrantes e 108 frentes para os finais dos anos 90. O ELN passou, nesse mesmo período, de 70 homens e 3 frentes para 3500 homens e 30 frentes. A expansão territorial foi igualmente significativa, quando em 1985 a guerrilha dominava 175 municípios, alcançando uma marca de 600 municípios para o final de 1998.

Durante o governo de César Gaviria (1990-1994) as tensões entre a Colômbia e os Estados Unidos começaram a escalar em meio a um contexto de Guerra às Drogas somado ao fortalecimento dos cartéis colombianos, em especial sob a liderança de Pablo Escobar, considerado um dos homens mais procurados pelas autoridades de ambos os países para julgamento e prisão nos EUA. Com a intensificação das medidas estadunidenses contra o narcotráfico - especialmente sobre o contexto colombiano, como com pedidos de extradição de cidadãos colombianos em casos de delitos praticados no exterior - os cartéis de droga deram início, como resposta, a uma forte ofensiva no interior do país sulamericano com ataques à burocracia nacional, principalmente contra membros do Legislativo e Judiciário incluindo diversos incidentes, incluindo assassinatos e sequestros.

Esse quadro caótico levou a suspensão das conversas iniciadas pelo governo colombiano com a guerrilha das FARC e, conseqüentemente, a uma radicalização do conflito; esse intensificado também pelos constantes ataques do exército colombiano às zonas de refúgio da insurgência. Outra ação

⁴ Ver em <https://www.farc-ep.co/pdf/Diario_Marquetalia.pdf>.

governamental que agravou esse conflito foi a adoção de um programa de incentivo à população para denúncia e oferta de informações mediante pagamento de recompensas, como objetivo de obter, a todo custo, informações sobre o paradeiro dos narcotraficantes. Nesse sentido, tal contexto foi conduzindo o país a um nível alarmante de caos na ordem pública e, conseqüentemente, uma decrescente credibilidade em nível internacional.

Um dos cartéis que acabou ficando mais conhecido nessa época foi o Cartel de Cáli - famoso pela injeção de recursos financeiros em círculos políticos - como na participação do financiamento de campanhas eleitorais nos anos 90. Sob esse contexto, as estratégias desse cartel para obter maior influência no governo nacional acabaram por aumentar a desconfiança dos EUA sobre a Colômbia, que nesse momento teria grandes indícios de que o recém-eleito presidente Ernesto Samper (1994-1998) haveria um vínculo direto com a máfia narcotraficante do país. Segundo o analista político Luis Alberto Restrepo⁵, tais acusações levaram “a nação, e não só o Estado, à beira do colapso integral: político, diplomático, militar, econômico e moral”. Com isso, os EUA decidem por categorizar a Colômbia como uma “narcodemocracia”, provocando um isolamento internacional da Colômbia e evidenciando um afastamento e falta de diálogo dos então representantes políticos desses dois países. Assim, após três anos consecutivos desse rechaço estadunidense e aos fracos resultados obtidos no combate ao narcotráfico, a Colômbia passa a sofrer também sanções econômicas que, portanto, passam a atingir um escopo ainda maior da sociedade colombiana, agora também fora do setor governamental. Ademais, em meados da década de 90 tanto o governo estadunidense quanto o colombiano passam a argumentar acerca da existência de estreitas ligações entre o narcotráfico e a guerrilha, com o próprio presidente Samper afirmando que a guerrilha colombiana havia se “narcotizado”, formando, assim, o que ficou conhecido como “narcoguerrilha”. Nesse momento, a principal ligação entre esses dois atores era, aparentemente, a de financiamento da guerrilha das FARC e ELN por meio dos chamados “impostos de guerra” via o pagamento por proteção a plantios, laboratórios e carregamentos dos narcotraficantes.

⁵ RESTREPO, Luis Alberto. La difícil recomposición de Colombia. In: Nueva Sociedad. Caracas: nº 192, julio-agosto, 2004. p. 46.

Com a intenção de melhorar a relação com os EUA e, de certo modo, a credibilidade colombiana internacional, Samper opta em 1995 pela erradicação massiva do cultivo de folhas de coca que, no entanto, acaba por disparar os níveis de produção nos anos seguintes (1996 e 1997), chegando a atingir 146.700 hectares, colocando a Colômbia como maior exportador de coca e heroína para os EUA (80% do total contrabandeado para aquele país)⁶. Junto a isso, no plano interno, inicia-se um forte rechaço da opinião pública sobre as iniciativas governamentais, impulsionando grande insatisfação social resultante também dos altos níveis de desemprego, insegurança e clima generalizado de violência. Os grupos armados, por sua vez, aproveitam desse momento de instabilidade dominante no país e acabam conquistando importantes espaços políticos, conseguindo até mesmo efetuar ações de caráter político-militar. Tal situação significou, em termos reais, um progressivo aumento da presença guerrilheira no território nacional, que passou a controlar não mais 17,2% dos municípios que possuíam em 1985, mas sim atingindo a marca de 59,8% em 1995.⁷ Com isso, as FARC passam a viabilizar-se como uma opção real de poder, fazendo inclusive com que alguns governos da América Latina e Europa passem a reconhecer certa representatividade da organização.

Ao mesmo tempo, alguns grupos para-militares, como foi o caso das Autodefesas da Colômbia (AUC), também conseguiram consolidar suas atividades em alguns lugares do território colombiano graças aos erros do próprio governo. Um exemplo foi o reconhecimento do governo de Samper para a criação de cooperativas rurais de segurança privada – chamadas *Convivir* - que acabaram por se converter em organizações para-militares e que, portanto, impediram qualquer avanço em prol da pacificação dos conflitos ocorrentes no país. De modo geral, pode-se dizer que o único avanço logrado pelo governo Samper em relação ao processo de paz foi a ratificação do Protocolo II de Genebra, aderindo ao Protocolo sobre Humanização do Conflito Armado ou Proteção da População Civil, permitindo a investigação de violações de direitos humanos, a reforma do código penal militar colombiano e a criação da Comissão de Direitos Humanos.

⁶ ROJAS, Diana Marcela & ATEHORTUA, Adolfo. El Proceso de paz y el Plan Colombia. In: El Plan Colombia y la Internacionalización del conflicto. p. 121.

⁷ OSTOS, Maria del Pilar. Continuidad o cambio?: La participación de México en el conflicto armado colombiano. Mimeo, Ciudad de México, p. 9.

Com a eleição do conservador Andrés Pastrana em 1998, retoma-se a tentativa de reatar as relações com Washington e das negociações de pacificação com o Secretariado nas FARC, rompidas durante o governo Gaviria. Com os primeiros encontros iniciados entre o governo e a guerrilha, define-se, no final de 1998, um local de encontro para conversação em uma área denominada “zona de despejo”, na região de Meta, sem a presença do exército nacional ou da polícia. A partir desse momento inicia-se uma nova fase das negociações de paz caracterizada por uma “política de mão dupla”, com o governo de Pastrana (1998-2002) objetivando realizar a difícil tarefa de resgatar a legitimidade do sistema político tanto interna como externamente. Contudo, ao alcançar o esse objetivo no âmbito externo, uma vez que Pastrana consegue reatar completamente as relações com os EUA, a contrapartida para a Colômbia foi ter de aceitar a internacionalização do conflito colombiano e da luta a narcotráfico com mecanismos que não necessariamente trariam benefícios para o país sulamericano, como foi o caso do Plano Colômbia.

Quando Pastrana decide restabelecer os canais de diálogo com Washington, faz-se uma solicitação de recursos financeiros para avançar nas negociações com as FARC e continuar as políticas de combate às drogas, definidos como temas prioritários de sua plataforma governamental. Essa chamada “diplomacia pela paz” é encorpada pelo o que ficou conhecido como Plano Colômbia, plano esse destinado a ser um “plano para a paz, prosperidade e fortalecimento do Estado”, aprovado sob consenso pelo Congresso dos EUA em 1999 com 7,5 bilhões de dólares destinados, a priori, a terem 76% desses recursos voltados para investimento social e o restante para o combate ao narcotráfico. Contudo, desses recursos, cerca de 55% foram direcionados às Forças Armadas e 27% à polícia; projetos alternativos de desenvolvimento obtiveram 9%, 3% para assistência a deslocados, 2% para reforma judicial, 1% para proteção aos direitos humanos e menos de 1% de recursos para a paz.⁸ O fato é que nem todos os recursos financeiros previstos nesta assistência dos EUA chegaram a entrar no país, com grande parte dos mesmos sendo destinados para a compra de material bélico em empresas estadunidenses e para a contratação de

⁸ TOKATLIÁN, Juan Gabriel. El plan Colombia. De la Guerra interna la intervención internacional?. In: Anuario Social y político de América Latina y el Caribe. Flacso/Nueva Sociedad, nº 4. p. 81.

mercenários deste país que foram combater na Colômbia, conforme afirma Anzola⁹. Assim, pode-se notar que houve uma formação de um forte lobby político do empresariado estadunidense durante o processo de aprovação dos recursos para o Plano Colômbia, com a massiva presença de empresas como a *Lockheed Martin*, especializada no fornecimento de equipamento de monitoramento aéreo via satélite para a identificação das áreas de cultivo de folha de coca. Nesse momento ocorre, portanto, uma “terceirização de interesses” que explica a manipulação política de senadores para a aprovação de tal plano via esse lobby político-empresarial estabelecido.

Já no âmbito doméstico, o processo de pacificação interna junto aos grupos guerrilheiros fora caminhando para o fracasso, sobretudo com as FARC que, inclusive, acabou sendo concedida uma zona desmilitarizada correspondente a 40% do território nacional; além da falha da recuperação econômica e ao aumento da violência política no final de seu mandato. Além disso, as FARC também passaram a denunciar o Plano Colômbia dizendo que este constituía mais um plano de intervenção dos EUA nos assuntos internos da Colômbia e agora sob o aval da classe política e empresarial nacional. Há uma desconfiança de que esse pacote de assistência financiado pelos EUA tenha como objetivo o rearmamento do Exército colombiano e a intensificação da contraguerilha para o combate ao narcotráfico. Fazendo como a essa resistência das FARC estavam também outras organizações, como o *Center for International Policy* (CIP), o *National Center for Policy Analysis* (NCPA), o *Human Rights Watch* e o *WOLA* que defendem que, em vez de amenizar o conflito, essa proposta estadunidense acabaria piorando a situação. Assim, a tentativa inicial de retomada dos diálogos entre as guerrilhas e o governo, com o apoio dos EUA, acaba, novamente, por fracassar por uma série de motivos: falta de consenso nos temas-chave da agenda de negociação; disputa militar entre a insurgência e os paramilitares bem como pela presença militar estadunidense com batalhões e equipamentos de destruição de cultivos ilícitos em áreas de selva com presença guerrilheira e paramilitar, o que acabou por ocasionar novos conflitos.

⁹ ANZOLA, Libardo Sarmiento. O Plano Colombia e a economia política da guerra. In: Política Externa. São Paulo: USP/Paz e Terra, nº 9, vol. 3, dezembro-janeiro, 2000/2001, p. 79.

Nesse momento ocorre um racha do Partido Liberal, com Álvaro Uribe alcançando a presidência sob a égide de reunificar o país politicamente fragmentado, propondo o que ficou conhecido como “política de segurança democrática”¹⁰. Inicia-se, portanto, uma ampla ofensiva militar contra grupos guerrilheiros, resultando em um forte enfraquecimento das FARC e do Exército de Libertação Nacional, ELN tanto política quanto militarmente. Ademais disso, Uribe (2002-2010) conquista também um grande apoio popular que passa a enxergar seu governo como o maior responsável pela reestruturação colombiana, país que até o ano de 2002 encontrava-se em grave situação externa e interna. Os enormes custos políticos causados pelas políticas adotadas por Uribe - como políticas repressivas e de massiva violação dos direitos humanos - passam, nesse sentido, a serem ignoradas por grande parte da população¹¹.

Eleito em 2010, com objetivo de alcançar uma fórmula que pudesse levar ao fim do arrastado conflito nacional bem como impedir o fortalecimento do narcotráfico na região, o atual presidente colombiano Juan Manuel Santos estabelece uma nova tentativa de estabelecer uma paz “duradoura e estável”, formalizando, em 2012 uma nova rodada de negociações pela paz. Diferente do contexto em que se iniciaram os processos de paz com a chegada de Uribe, desta vez, há um substancial debilitamento militar das FARC, com uma severa baixa do contingente e mecanismos de atuação igualmente comprometidos. As conversas preliminares tomam lugar em Oslo e posteriormente foram transferidos para Havana, contando com a presença de facilitadores internacionais (Noruega e Cuba, por exemplo), bem como os principais dirigentes das FARC, representados pelo líder guerrilheiro Timoleón Jiménez, e do ELN. Em novembro de 2013 os negociadores comunicaram oficialmente que haviam chegado a um acordo sobre a participação política e que, agora, direcionariam esforços para pensar o problema das drogas ilícitas. A questão principal que circundou esse ponto, além das demandas das FARC, foi a necessidade de compatibilizar as posições do governo colombiano com a política dos EUA para a região de combate ao

¹⁰ LEONGOMEZ, Eduard Pizarro. Una luz al final del tunel. Balance estratégico del conflicto armado en Colombia. In: Nueva Sociedad. Caracas: nº 192, jul-ago, 2004. p. 76.

¹¹ VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. RBPI, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 86-110, 2005.

narcotráfico. Além disso, apesar da grande expectativa que o processo tem gerado, a percepção da opinião pública e dos grupos da sociedade civil é de que o processo tem sido excessivamente centralizado e pouco transparente.

Uma das dimensões da crise colombiana – o que será mais amplamente detalhada na seção seguinte – pode ser percebida nessa falha tentativa de paz promovida por Santos, uma vez fracassada com a vitória do “não” no plebiscito de 2016 representa uma crise institucional da Colômbia, por uma mescla de votos de protesto contra a administração Santos bem como para alterar alguns pontos do acordo.

Esse acordo inicial contava com seis pontos principais:

- (i) Rompimento com o narcotráfico;
- (ii) Plano de erradicação das plantações ilícitas;
- (iii) Retirada das minas terrestres e explosivos não detonados dos campos;
- (iv) Mapeamento de esquemas de lavagem de dinheiro;
- (v) Estabelecimento de uma política de Estado mais voltada para a promoção da saúde e implantação de uma nova política para barrar o consumo de drogas no país;
- (vi) Luta contra a corrupção, com as FARC propondo a criação de uma comissão para tal tema;

Esse histórico acordo foi sido assinado pelas partes no dia 23 de Junho de 2016, pondo um fim ao conflito armado entre a guerrilha e as forças oficiais, firmando o dia do cessar fogo e hostilidades bilateral e definitivo, o que seria respaldado no voto popular a partir do plebiscito que ocorreria dia 2 de outubro desse mesmo ano. Contudo, chegando o dia, a rejeição ao acordo atingiu o patamar de 50,2% e a razão do mesmo decorre, segundo alguns especialistas, de uma série de motivos. Dentre eles, o desconhecimento por parte dos colombianos acerca dos acordos discutidos em Havana, o passo-a-passo dos mesmos; uma constante ação efetuada nas redes sociais disseminando medo e incertezas sobre o futuro do país com a oficialização do acordo como ideias de apoio ao “castro-chavismo”, de retorno ao populismo de esquerda – ideias essas que movimentaram uma forte e unificada campanha de manipulação, promovida pelos setores conservadores de oposição, principalmente liderados pelo ex-presidente e

senador Álvaro Uribe¹². Com a vitória do “não”, Uribe, teve um encontro com Santos no qual destacou 5 pontos que, segundo sua linha de apoiadores, são essenciais para a aprovação popular e, obviamente, conseguir seu apoio no processo:

- 1) Que haja a prisão convencional para delitos de lesa-humanidade;
- 2) Impedir que pessoas que sejam condenadas por essa crise sejam candidatos políticos a algum momento;
- 3) Que as FARC entreguem todos os seus armamentos e propriedades;
- 4) Que o narcotráfico seja considerado um delito não passivo de anistia (não podendo ser associado a crime político);
- 5) Que não sejam criadas zonas de reservas para os ex-guerrilheiros, apenas distribuídos os territórios já ocupados pelas FARC;

Nesse sentido, o governo colombiano optou por realizar um novo acordo que foi elaborado a partir da escuta e debate com diversos setores sociais e políticos por mais de 40 dias após o plebiscito de outubro, sejam comunidades indígenas e afrodescendentes, representantes religiosos, empresários, jovens, dentre outros. Houve, portanto, uma mudança de fundo para atender a grande maioria das solicitações e propostas, chegando a um acordo com as FARC no dia 12 de novembro de 2016. O novo acordo também recebeu apoio da comunidade internacional, com Estados Unidos, União Europeia e todos os países americanos reunidos na Organização de Estados Americanos (OEA) felicitaram a realização desse novo acordo, assinado no dia 24 de novembro, faltando ainda as etapas de referendação e implementação. Essa última será de maior responsabilidade do Congresso, onde todas as leis da República Colombiana são discutidas e aprovadas, enquanto que sobre a referendação existem algumas opções, dentre elas organizar um novo plebiscito – o que alguns setores já rechaçam a ideia, com medo de novas campanhas com novos mitos se alastrem pelo país, atrasando ainda mais o processo –, apresentar o novo acordo nas Assembleias Municipais e Departamentais, como instâncias de democracia locais; e, por fim, outros setores

¹² Para aprofundar a análise acerca da vitória do “No” no plebiscito de 2 de outubro, ver artigos da Marcha Patriótica em <goo.gl/T8Qc4h>, <goo.gl/Rh1tUj>.

ressaltam a importância do Congresso como a instância democrática mais idônea para referendar tal acordo.

1.3) Acordo Final para o término do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura

O presidente Juan Manuel Santos já declarou que concorda com a não necessidade de realizar um novo plebiscito¹³, tendo em vista que esse pode gerar novas divisões no país enquanto ele acredita que seu dever é promover a união e não maior polarização, além de defender a natureza democrática do Congresso como a melhor instância para avaliar o acordo, por ser a instituição eleita no modelo político atual para legislar em nome do povo colombiano, como ocorre em outras situações em que é necessário avaliar e aprovar leis. Por outro lado, vale destacar também o receio do governo de Santos de enfrentar uma nova derrota nas urnas, o que, novamente, exigiria mais tempo e capitais (políticos, econômicos) para reformular num novo Acordo com suficiente aprovação. Assim, a via escolhida, por fim, foi a de referendar o acordo por meio do Congresso da República, onde estaria sendo representadas todas as visões políticas do país, desde a extrema esquerda a extrema direita.

O novo acordo¹⁴, datado do dia 29 de novembro de 2016, conta com 6 pontos principais que são explicitados individualmente, destacando as propostas dos que votaram “não” no último plebiscito e apontando quais foram as modificações elaboradas. São esses:

- 1) *Reforma Rural Integral* – organizar uma grande reforma do campo, de forma a reduzir a pobreza em 50%; promover a integração entre o campo e a cidade; reativar a economia campesina; garantir a segurança alimentar. Para garantir apoio dos apoiadores do “não”, houve a inclusão de um artigo que asseguraria o respeito à propriedade privada e a inclusão de uma missão de expertos para regularizar tais direitos, além da inclusão de um princípio que estimula a competitividade e que visa promover e fomentar os

¹³ Ver em <goo.gl/12iFiZ> (Acesso em 13/12/2016)

¹⁴ Ver em: <goo.gl/gT7svg> (Acesso em 02/12/2016)

investimentos no campo com visão empresarial. Por outro lado, também foi inserido um artigo que prioriza a população rural vitimizada pelo conflito ao acesso integral à terra.

- 2) *Participação Política* – garantir uma abertura democrática para construir a paz, fortalecendo a participação de todos os colombianos na política, nos assuntos públicos e na construção da paz, ampliando a democracia para que essa seja o caminho para tramitar os conflitos de forma pacífica e romper definitivamente o vínculo entre política e armas. As modificações foram no sentido de tornar tal ponto uma obrigação constitucional, mesmo para a oposição; organizar uma Misión de Observación Electoral (MOE) para controlar e vigiar o financiamento ilegal de campanhas políticas e realizar o monitoramento eleitoral; garantir a participação das vítimas nas “Circunscripciones Transitorias Especiales de Paz” assim como impedir a participação nesses espaços do eventual partido político que venha surgir das FARC-EP e de partidos que contem com representação no Congresso ou que possuam algum tipo de personalidade jurídica, dentre outras modificações.
- 3) *Fim do conflito armado* – materializar o processo de “*Dejación*” (deposição) de armas por parte das FARC, em um cronograma de 180 dias; estabelecendo condições para o trânsito dos integrantes das FARC para a vida civil (tanto no âmbito social, econômico quanto político), além de garantir as condições de segurança para os territórios. No que se refere às mudanças no acordo, foi aprovada a ideia de que o montante que o movimento ou partido político que surgirá a partir das FARC-EP receberá entre 2018 e 2026 será uma soma equivalente à média que os partidos ou movimentos políticos com personalidade jurídica receberam nas eleições anteriores à assinatura do Acordo Final. Ademais, este ficará responsável por uma contribuição de 7% ao ano no financiamento do centro de pensamento e formação política para o funcionamento de partidos e movimentos políticos. Outros pontos adicionais: nenhum dos recursos que chegarem como forma de cooperação internacional deverão ser utilizados para campanhas eleitorais; que a desmobilização armada das FARC deve ser total, incluído as milícias; incluiu-se uma obrigação para as FARC de

desmantelar sua economia ilícita e entregar todos os bens e dinheiros adquiridos ilicitamente, sob pena de perder todos os benefícios consagrados pelo Acordo, o que será mais detalhado pelo Conselho Nacional de Reincorporação.

- 4) *Solução para o problema das drogas ilícitas* – dar um tratamento diferenciado para o problema, buscando um enfoque integral e equilibrado promovendo a substituição voluntária dos cultivos de uso ilícito e transformando os territórios afetados, dando um enfoque de saúde pública na questão do consumo e estimulando a luta contra o narcotráfico. Inseriu-se artigos para firmar o compromisso das FARC de se comprometerem a entregar toda a informação acerca de zonas de cultivos ilícitos, rota de drogas, cadeias logísticas, provedores de recursos químicos e etc; para respeitar as comunidades que habitam zonas afetadas por cultivos ilícitos, oferecendo a essas pessoas oportunidades para desvincular-se definitivamente dessa atividade, ainda que gradativamente (limite de 1 ano); deixar claro que o governo pode usar os métodos que acredita-se serem mais efetivos para cumprir tal ponto, como a aspersão aérea ou qualquer outro que considere mais eficaz.
- 5) *Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição* – criação de um sistema para alcançar a satisfação das vítimas do conflito, assegurando a segurança jurídica das mesmas assim como a convivência, a reconciliação e a não repetição, sendo esses elementos essenciais para a transição para a paz. Os pilares serão os princípios da Justiça de Transição, com a criação de uma Comissão especializada no tema, com uma jurisdição especial para a paz (JEP) com medidas para garantir a reparação integral. No que se refere às modificações propostas pelos partidários do “não” e que foram aprovadas, pode-se destacar a necessidade das FARC de contribuir material e efetivamente na reparação das vítimas; o fortalecimento do processo especial de busca às pessoas desaparecidas e na compilação de informações para auxiliar no processo; estabelecimento de um limite temporal para o funcionamento da JEP, de modo a estabelecer um prazo para suas funções. Além disso, se especificou que a legislação aplicável nesse caso seria o Código Penal

Colombiano sob o critério guia de prevalência do Direito Internacional Humanitário, sempre aplicando o princípio de favorabilidade; aclarar que os informes apresentados por ONGs e organizações de vítimas e de direitos humanos não equivalem a uma acusação judicial/penal; condicionar a anistia do narcotráfico à entrega de informações pertinentes para a luta contra essa prática.

- 6) *Implementação, Verificação e Referendação* – acordaram-se mecanismos para dar seguimento aos componentes do Acordo Final e verificar seu cumprimento, resolvendo eventuais diferenças, impulsando e dando continuidade à implementação legislativa e fazendo acompanhamento e verificação internacional a tal implementação, sempre considerando o componente ético de salvaguardar e garantir instâncias especiais para com os povos étnicos para seguir com a implementação, respeitando o enfoque de gênero, a igualdade, a liberdade de cultos, o aprofundamento da democracia, da transparência, igualdade social, etc. As mudanças incluídas foram: uma nova cláusula que considere o princípio de sustentabilidade das finanças públicas e estabelecendo um cronograma para a implementação da Reforma Rural Integral, estando essa sujeita à disponibilidade de orçamento e à regra fiscal; dentre outras.

Uma última observação acerca do novo acordo é a eliminação da ideia de “Bloco de Constitucionalidade”, incluindo na Constituição Política colombiana a obrigatoriedade de inserir parâmetros de interpretação, desenvolvimento e validação das normas e leis de implementação e desenvolvimento do Acordo Final. Do mesmo modo, se estabelece como obrigação de todas as autoridades públicas o cumprimento de boa-fé para com o acordo, sendo esse assinado e depositado como Acordo Especial, unicamente para cumprir com as obrigações internacionais com o marco do DIH, e não para ser introduzido ao ordenamento jurídico colombiano.

Ao longo de 34 anos de tentativas de elaborar acordos de paz, de 8 tentativas fracassadas, a Colômbia agora se vê diante da oportunidade de encerrar esse sangrento capítulo de sua história. O novo acordo, provavelmente, não satisfará a todos de uma maneira consensual, já que nenhum de todos os acordos de paz

ocorridos na história mundial se viram completamente livre de críticas, mas isso há de ser visto como algo igualmente construtivo, como análises que possam promover a melhora do mesmo.

2) Crises institucionais/sistêmicas regionais e imperialismo

Ao se fazer uma análise histórica e comparar com a realidade atual, pode-se entender que enquanto que a Modernidade era marcada pela certeza e pela ideia de racionalidade do projeto capitalista, hoje vivemos cercados pela incerteza e pela demonstração de fracasso desse projeto percebido pelo conjunto de diversas crises que afetam principalmente as camadas mais pobres da sociedade e, obviamente, os países mais periféricos e invisibilizados pelo centro do sistema internacional, como a própria Colômbia.

“A crise atual não é crise financeira do capitalismo, mas crise de sistema. (...). Não significa que o regime vá morrer lenta e pacificamente, sua morte tranquila. Ao contrário, o capitalismo senil torna-se mesquinho e **tenta sobreviver mediante o dobro da violência que haja**. Para os povos, a crise sistêmica do capitalismo é insustentável, pelo que ela traz de desigualdade crescente na partilha dos lucros e das riquezas no interior das sociedades, a qual vem acompanhada de profunda estagnação, por um lado; e de polarização mundial sempre crescente, pelo outro lado.” (Entrevista de Samir Amin ao coletivo independente belga Investig’Action; grifos próprios)¹⁵.

Dentre muitas das dimensões, vale destacar a dimensão política dessa crise que se vê muito fortalecida por uma crescente descrença nas instituições democráticas como formas de garantir os direitos das populações mais vulneráveis. A ideia de um Estado de Direito já não é mais percebida como um modelo ideal e sim como uma forma de fortalecer as antigas estruturas de dominação política já existentes em muitos países, como as oligarquias latino-americanas e caribenhas que até hoje dominam setores muito estratégicos de seus países, como os meios de comunicação – os mesmos que criam as propagandas políticas e que, por consequência, já não convencem a população de uma maneira geral. Pode-se dizer, assim, que a crise política vivida hoje tanto na

¹⁵ Ver em: <http://www.investigaction.net/entretien-avec-samir-amin-laffirmation-de-la-souverainete-nationale-populaire-face-a-loffensive-du-capital/> (Acesso em 01/01/2017)

Colômbia quanto nos demais países latino-americanos é grave pela existência de uma democracia representativa falha que dificilmente caminha em direção a uma democracia realmente participativa e comunitária para todos¹⁶. Outro aspecto importante dessa crise é também o seu lado epistemológico, uma vez que o modelo ideológico-político do Pensamento Único em que o neocolonialismo do poder e do saber¹⁷ estavam presentes agora se encontra em meio a fortes releituras e críticas análises, com crescimento dos pensamentos das correntes decoloniais afirmando a necessidade de “fazer um uso contra hegemônico dos saberes hegemônicos” (em De Souza Santos, 2010, p:67-68).

No que se refere especificamente à situação colombiana, pode-se dizer que a crise se inicia desde que a Colômbia perde parte de sua soberania ao contar com a constante presença dos Estados Unidos da América em todos seus processos de negociação com suas guerrilhas internas. Nesse caso, para além do princípio da soberania dos países, percebe-se que o de não-intervenção nos assuntos internos também é violado, com a atuação dos EUA como mediador e facilitador para o Estado colombiano lidar com esse longo e complexo conflito. Ademais do já mencionado Plano Colômbia, outro claro exemplo dessa perda de soberania foi quando o governo de Uribe passa a se alinhar incondicionalmente aos EUA, chegando até mesmo a apoiar a Guerra ao Iraque. Como aponta Restrepo, “Uribe tem colocado toda a política exterior a serviço da segurança. E, embora de imediato tenha obtido importantes êxitos políticos, financeiros e militares, sua estratégia hipoteca as relações internacionais da Colômbia, sobretudo com os vizinhos”.¹⁸ Além disso tudo, com os atentados de 11 de setembro, o governo de W. Bush deixou de diferenciar as ações de grupos guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes, passando a entender, agora, a Guerra às Drogas também como Guerra ao Terrorismo. Assim, o entendimento dos anos 90 da situação das narcoguerrilhas passa a ser ampliado para o narcoterrorismo e que, portanto, deveria receber uma ofensiva ainda mais incisiva.

¹⁶ Dussel, Enrique. Democracia participativa, disolución del Estado y liderazgo político. 2013.

¹⁷ Quijano, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. 2000. p. 246

¹⁸ GARRIDO, Roberto Soberón. Entre cuarteles, caletas y fronteras. In: Cuadernos de Nueva Sociedad. Caracas: nº 1, 2º semestre, 1997, p. 85

Como resultado, em 2001 há a implementação da Iniciativa Andina Antidrogas (ou anteriormente chamada de Iniciativa Regional Andina) - com o objetivo de estabelecer uma política comum contra o narcotráfico na região - direcionando fundos não só para a Colômbia como também para demais países andinos, além de Brasil e Panamá, com um orçamento de 700 milhões para 2003 e 731 milhões para 2004, sendo 63% dos recursos priorizados para a Colômbia.¹⁹ Contudo, a iniciativa significou, na prática, a disseminação dos cultivos de maconha, folha de coca e papoula, a proibição de carregamentos destinados aos EUA e Europa, a extradição de condenados por narcotráfico e maior fiscalização das fronteiras interestatais. Com essa iniciativa somada ao Plano Colômbia, as problemáticas do conflito colombiano foram internacionalizadas, uma vez que as áreas de cultivo do narcotráfico acabaram se ampliando para além das fronteiras colombianas, gerando graves problemas aos países vizinhos²⁰.

Vale salientar que, considerando o estado de guerra civil que vive a Colômbia e tendo em vista a Resolução 1975 do Institut de Droit Internationale (1975), o Plano Colômbia é visto como ilegal perante normas do Direito Internacional, uma vez que o mesmo viola seus artigos primeiro, por se enquadrar claramente na categoria de Guerra Civil levantada pelo texto; somado a isso há também o fato de o Plano Colômbia prever auxílio econômico por parte do governo e treinamento das tropas colombianas por empresas dos EUA que contam com a mão de obra de cidadãos igualmente estadunidenses. Ainda no âmbito da Resolução 1975, o caso não se enquadra nas exceções expostas pelo artigo terceiro pois a assistência dos Estados Unidos favorece claramente o governo, enquanto enfraquece o grupo guerrilheiro.²¹ Assim, semelhante ao Caso de atividades paramilitares na e contra a Nicarágua (1984) analisado pela Corte Internacional de Justiça (CIJ) – ainda que com a diferença de que a intervenção na Colômbia é feita a convite do governo – pode-se observar que essa ingerência decorre da insurgência de movimentos de esquerda que, pelos olhos dos EUA,

¹⁹ Ver <www.state.gov/m/rm/rls/cbj/2004>.

²⁰ INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Colômbia e seus vizinhos: os tentáculos da instabilidade. Relatório sobre a América Latina, p. 7

²¹ Dresch, JOANA; RODRIGUES, Polyana. O Plano Colômbia à luz do Direito Internacional, 2015.

causam instabilidade ao status quo da região o que geraria um desrespeito à soberania nacional da potência regional, cujos interesses se encontravam ameaçados, justificando, assim, a intervenção. A CIJ ressalta que em “casos de competência nacional” não se deve, em qualquer caso, haver intervenção ou qualquer meio de suporte a grupos militares e paramilitares, uma vez que se trata da independência política da nação colombiana.

Nesse sentido, pode-se inferir que a implementação do Plano Colômbia e da Iniciativa Andina Antidrogas deu visibilidade a vários problemas entre os vizinhos andinos, que até então permaneciam apenas dentro das fronteiras colombianas. Isso fez com que alguns autores²² passassem a enxergar o conflito na Colômbia como um foco de irradiação de tensão regional, criando impasses de insegurança nas fronteiras por diversos motivos. A realização desse Acordo Final entre o governo colombiano e os movimentos guerrilheiros poderá representar, portanto, um passo em direção ao fortalecimento da soberania nacional e de maior estabilidade regional, diferente dos anteriores moldes de negociações de paz com alta interferência dos interesses estadunidenses.

3) Caminhos alternativos

Ainda que sob o atual contexto de crise e profunda instabilidade econômica e política, pode-se apontar o continente latino-americano como a região que mais significativamente vem dando o que chamam de giro epistemológico, rompendo com os conceitos universalistas europeus, buscando criar paradigmas a partir do que é nosso, ou seja, a partir da perspectiva de nossa realidade, retomando ideias de um pensamento crítico, criativo e de libertação, como desejavam os antigos pensadores da região, como José Martí e José Carlos Mariátegui.

Movimentos sociais e a sociedade civil tem se mostrado como relevantes atores para responder esse contexto, uma vez que tiveram (e têm até hoje) fortes alterações em suas condições de vida e de (r)existência, o que os estimula a criar novas possibilidades de pensar e de construir alternativas para o desenvolvimento do bem comum, o que alguns autores de referem como o cosmopolitismo da

²² VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. RBPI, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 86-110, 2005.

interculturalidade (Sosa Fuentes, S. 2013, p.187). Esse seria pautado em um diálogo igualitário entre distintas culturas e cosmovisões, buscando a preservação do planeta como nosso “lugar comum”, além de reivindicar uma nova ética global em que a distribuição de renda, o respeito, a igualdade e a justiça social sejam os guias dessa nova forma de conviver em sociedade.

Outro ponto importante é o reconhecimento dos direitos, das diferenças, valores e cosmovisões principalmente dos grupos mais excluídos e oprimidos de Nossa América, de modo a demonstrar uma forma de fortalecê-los e estimular sua articulação para sua afirmação identitária antes ofuscada ou invisibilizada pelas grandes formas de dominação. Se constrói, assim, uma nova racionalidade libertadora, o “Buen Vivir”, que parte da resistência às remoções e à irracionalidade do capitalismo como uma alternativa orientada à solidariedade humana e para com a natureza, não somente no que tange às atividades e modelo econômico a seguir, mas sim em todas as dimensões da existência social, como formas complementares. Desse modo, a ideia de criar uma racionalidade alternativa se caracteriza como essencial ao analisar nosso atual contexto de crise sistêmica regional, uma vez que a finitude dos ecossistemas é uma realidade incontestável e necessitamos reverter esse quadro crítico para que não cheguemos ao fim da humanidade/ ao caos total para nossas sociedades.

É nesse sentido que o Processo de Paz na Colômbia se destaca como um potencial caminho para retirar a América Latina desse emaranhado de crise sistêmica, uma vez que visa fortalecer a democracia e promover a paz internamente, o que igualmente pode servir para fortalecer a soberania nacional do país, refletindo também em seus vizinhos e, conseqüentemente, em uma maior estabilidade regional de maneira geral. Ainda que a epistemologia do mesmo todavia caminhe a passos curtos e jovens, uma vez constatada a dificuldade em se firmar principalmente pelo forte lobby e pressão da oposição uribista, o feixe aberto para que esse seja concretizado já representa muito para que a Colômbia caminhe em direção a um processo de emancipação dessa guerra civil que, dessa maneira, contribuirá para maior independência em relação à interferências externas em seus assuntos internos, principalmente referente às ações estadunidenses em seus territórios e suas políticas.

Referências

AMIN, Samir. Capitalismo, imperialismo e mundialização. In: SEOANE, J. e TADDEI, E. (orgs). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre, Petrópolis: Vozes**, 2001.

BARTRA, Armando. “Crisis civilizatoria” en Raúl Órnelas. **Crisis civilizatoria y superación del capitalismo**. IIE-UNAM. 2012.

BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rocco, Rio de Janeiro, 1987.

Cardoso, Fernando Henrique, “**¿Teoría de la dependencia o análisis de situaciones concretas de dependencia?**”, Revista Latinoamericana de Ciencia Política, I, diciembre de 1971.

CECEÑA, ANA ESTHER. “Postneoliberalismo o cambio civilizacional” en Theotônio Dos Santos. **América Latina y el Caribe: Escenarios posibles y políticas sociales**. Montevideo, Uruguay. UNESCO y FLACSO. 2011.

Corte Internacional de Justiça. **Caso de atividades paramilitares na e contra a Nicarágua (Nicarágua v. Estados Unidos da América)**. 10 mai. 1984. Disponível em:

http://www.cedin.com.br/wpcontent/uploads/2014/05/casosconteciosos_1984_01.pdf Acesso em: jan. 2016.

DOS SANTOS, Theotônio. A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Frank, André Gunder, **El Desarrollo del Subdesarrollo - Un Ensayo Autobiográfico**, ed.Nueva Sociedad, 1991

GROSGUÉL, Ramón. “La descolonización de la economía política y los estudios poscoloniales: transmodernidad, pensamiento descolonial y colonialidad global” en Boaventura de Sousa Santos y María Paula Meneses (eds.) **Epistemologías del Sur. Perspectivas**. Madrid, España, Ediciones Akal, 2014, pp. 373-405.

GUNTHER, Ma. Griselda “Crisis civilizatoria y racionalidades” en Javier Contreras Carbajal y Ma. Griselda Gunther. **Laberintos de racionalidad. ¿Crisis civilizatoria?** México, Editorial ITACA y UAM-Xochimilco. 2014.

Institut de Droit International (IDI). **Resolução III 1975**. Session of Weisbaden, 14 ago. de 1975. Disponível em:

http://www.idiil.org/idiE/resolutionsE/1975_wies_03_en.pdf Acceso em: dezembro de 2016.

MARAÑÓN-PIMENTEL, Boris. "Crisis global y descolonialidad del poder: la emergencia de una racionalidad liberadora y solidaria" en Boris Marañón-Pimentel. **Buen Vivir y descolonialidad. Crítica al desarrollo y la racionalidad instrumental.** México. IIE. UNAM. 2014, pp. 21-59.

MAURO MARINI, Ruy. "Procesos y tendencias de la globalización capitalista" en Carlos Eduardo Martins. Ruy Mauro Marini. **América Latina, Dependencia y Globalización.** México. Siglo XXI Editores y CLACSO, Argentina. 2015, pp. 247-271.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder y clasificación social" en Boaventura de Sousa Santos y María Paula Meneses (eds.) **Epistemologías del Sur. Perspectivas.** Madrid, España, Ediciones Akal, 2014, pp. 67-105.

_____. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina.** En libro: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas.* Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000. p. 246

RAUBER, Isabel. "Objetivo estratégico raizal: construir una nueva civilización" y "Tareas políticas del tiempo actual" en Isabel Rauber. **Revoluciones desde abajo. Gobiernos populares y cambio social en Latinoamérica.** Buenos Aires, Argentina, Ediciones Continente, 2012, pp. 33-45 y 217-246.

SOSA FUENTES, Samuel. "Crisis sistémica y alternativas pluriculturales para un nuevo diálogo de civilizaciones y un mundo post-neocolonial" en Graciela Arroyo Pichardo y Carlos Ballesteros Pérez. **La complejidad paradójica del mundo contemporáneo.** México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. UNAM y Ediciones Lirio S.A. de C.V. 2015, pp. 53-81.

SOSA FUENTES, Samuel. "Las antinomias culturales del Sistema Mundial: hacia una nueva ética global de justicia, redistribución e interculturalidad y una epistemología de *Nuestra América*" en Graciela Arroyo Pichardo. (Coordinadora). **Lo global y lo local en las relaciones internacionales. Riesgos mundiales, problemas locales y complejidad. Una visión desde el sur.** México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM y Editorial Cenzontle, 2013, pp. 181-199

WALLERSTEIN, I. "La crisis estructural, o por qué los capitalistas ya no encuentran gratificante al capitalismo" en Immanuel Wallerstein. *¿Tiene futuro el capitalismo?* México, Siglo XXI Editores, 2015, pp. 15-46.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World System.** Academic Press, London, 1974.

Zibechi, Raúl. "Descolonizar el pensamiento crítico y las practicas emancipatorias" en Raúl Zibechi. **Descolonizando el pensamiento crítico.** México, Ediciones Tierra Adentro, 2015, pp. 329-383.